

Comissão concede anistia e indenização de R\$ 100 mil a Dilma P.8



Diário do Nordeste

24 de maio de 2025 Ano 44/Nº15466
SÁBADO
Fundador: Edson Queiroz
www.diariodonordeste.com.br

60 milhões de pessoas terão energia mais barata

Com a publicação da Medida Provisória que cria a Nova Tarifa Social de Energia Elétrica, mais de 60 milhões de pessoas terão acesso à energia mais barata. A MP também vai garantir gratuidade na conta de luz a 16 milhões de brasileiros. P.2 e 3

Ao ar livre, de madrugada e no fogareiro: 15 anos de sucesso do Caldeirão da Panelada P.16



FOTO: THIAGO GADELHA

Receita abre hoje consulta a maior lote de restituição da história P.15

DESTAQUE

NOVA TARIFA SOCIAL

FOTO: SHUTTERSTOCK



negocios@svm.com.br

A principal mudança proposta pelo texto é a isenção de tarifas para famílias de baixa renda, inscritas no CadÚnico, que consumam até 80 quilowatts-hora (kWh) por mês

Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), as mudanças serão aplicadas de maneira gradual e segura, para garantir os interesses dos consumidores e das empresas envolvidas

Energia mais barata

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou, na quarta-feira (21), uma Medida Provisória (MP) que cria a Nova Tarifa Social de Energia Elétrica. Ontem, o documento foi publicado. O benefício visa facilitar o acesso de mais de 60 milhões de pessoas à energia mais barata, além de garantir gratuidade na conta de luz a 16

milhões de brasileiros.

A principal mudança proposta pelo texto é a isenção de tarifas para famílias de baixa renda, inscritas no CadÚnico, que consumam até 80 quilowatts-hora (kWh) por mês.

Essa alteração também é destinada a pessoas com deficiência ou idosos no benefício de prestação continuada

(BPC), além de famílias indígenas e quilombolas também cadastradas no CadÚnico.

Por se tratar de uma Medida Provisória, o documento entra em vigor imediatamente após a publicação, mas precisa seguir para a aprovação do Congresso Nacional em até 120 dias. Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), as

Governo publica MP que cria nova tarifa social de energia elétrica; entenda mudanças. Texto prevê redução do custo de energia para consumidores e pequenas empresas

DESTAQUE



Projeto vai custar R\$ 3,6 bilhões por ano

vadas não serão abatidos.

De acordo com o portal Valor, as fontes incentivadas respondem pelo maior subsídio repassado para conta de luz no Brasil. Foram R\$ 13 bilhões apenas em 2024.

Hoje, os descontos dessas empresas equivalem a R\$ 10 bilhões da CDE, justamente, o valor previsto a ser abatido com a nova MP. Assim, com a mudança nesse serviço, uma fonte incentivada, quando firmar um novo contrato para a compra de energia renovável, não terá mais direito a esse desconto, a fim de priorizar os consumidores comuns.

O texto também prevê a criação de mecanismo de negociação de débitos do mercado e descontos de irrigação e aquicultura, com proposta de flexibilizar o período deste consumo e de aproveitar o excedente de geração em alguns momentos do dia.

Com relação aos custos da nova tarifa, estimados em R\$ 3,6 bilhões por ano, o Governo esclarece que eles serão neutralizados por outras ações estruturais, como a distribuição mais justa dos custos de Angra 1 e 2, a distribuição uniforme de encargos e a melhor definição da autoprodução de energia elétrica.

Acidentes

O Brasil teve 685 casos de acidentes envolvendo a rede elétrica em 2024. O dado representa redução de 12,4% ante os 782 registros de 2023 e é o menor patamar desde 2017, quando começou o levantamento anual da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

As informações foram divulgadas nessa quinta-feira (22) e trazem um alerta: enquanto caiu o número de acidentes, aumentou a quantidade de mortes, de 250 para 257.

No primeiro ano da pesquisa da Abradee, foram relatados 863 acidentes – fatais e não fatais. Nos anos seguintes, os episódios apresentaram comportamento de oscilação, alternando altas e baixas.

De acordo com o presidente da Abradee, Marcos Madureira, em geral, os acidentes na construção civil acontecem quando não há uma análise

correta dos riscos elétricos ou quando não se adotam práticas seguras durante a execução das tarefas.

“Alguns exemplos desses riscos incluem a construção de edificações abaixo ou muito próximas a redes elétricas, o uso de escadas metálicas ou vergalhões em locais com proximidade da fiação. São situações que não podem ser negligenciadas pelos profissionais da área”, disse à Agência Brasil.

Em relação aos acidentes com cabos energizados no solo, Madureira explica que grande parte desses casos foi provocada pela queda de árvores sobre fio, devido a ventos fortes, ou por batidas de veículos em poste.

“Em muitas situações, o cabo não chega a tocar o solo, ficando suspenso ou parcialmente escondido, o que dificulta a percepção do perigo”, descreve. “Um dos pilares da nossa campanha é justamente orientar a população a nunca se aproximar de fios caídos e a acionar imediatamente a distribuidora da sua região”, completa.

Preocupação com mortes

A Abradee reúne 42 concessionárias de distribuição de energia elétrica, estatais e privadas, responsáveis pelo abastecimento de mais de 90 milhões de clientes, o que representa uma cobertura de 99,6% dos consumidores brasileiros.

A redução de 12,4% no número de acidentes não tira a preocupação com a gravidade deles, de acordo com o presidente da Abradee, Marcos Madureira.

“Os números mostram que ainda temos um longo caminho pela frente. O aumento dos acidentes fatais é um sinal claro de que precisamos intensificar o trabalho de orientação sobre os perigos da rede elétrica. Nosso compromisso é chegar a zero acidentes permanentes”, diz.

Para ajudar a chegar a esse objetivo, a associação lança mais uma edição da campanha nacional de segurança para a prevenção de acidentes com a rede elétrica. A campanha conta com material de distribuição e um site exclusivo.

Serão realizadas ações direcionadas como workshops e videoaulas específicas para profissionais da construção civil. “Queremos levar conhecimento a quem mais precisa dele no dia a dia”, diz Madureira.

mudanças serão aplicadas de maneira gradual e segura, para garantir os interesses dos consumidores e das empresas envolvidas.

Além da isenção da conta de luz para famílias de baixa renda e outros setores sociais do CadÚnico, a MP prevê descontos sociais. O principal deles está relacionado à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que faz parte da tarifa energética.

O CDE é pago, principalmente, pelos consumidores residenciais e indústrias e comércios de pequeno porte. Com a mudança, famílias de renda per capita entre meio um salário mínimo, com consumo mensal de até 120 kWh, estão livres do imposto.

O objetivo é ter uma tarifa de transição entre Tarifa Social e tarifa normal, com distribuição mais justa dos impactos da CDE no orçamento familiar. Cerca de 55 milhões de pessoas podem ser beneficiadas com redução de cerca de 12% nas contas de energia.

Junto da população em ge-

ral, residenciais e pequenos empreendedores também serão beneficiados com a MP. O texto garante aos consumidores a liberdade para escolha do fornecedor de energia elétrica.

A abertura deve acontecer, segundo o MME, a partir de 2026 para indústrias e comércio, e em 2027 para os demais setores populacionais. Para a pasta, a medida é importante para ampliar a competitividade e diminuir o monopólio do mercado livre de energia.

Outro trecho da MP propõe o fim dos descontos da rede para o segmento consumo de fontes incentivadas (eólicas e solar).

Essa medida atinge grandes indústrias com elevado consumo elétrico e que hoje têm redução no pagamento da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição.

O benefício vai continuar valendo para empresas com contratos firmados antes da publicação do texto. Segundo o documento, os descontos para os geradores de fontes incenti-



CEARÁ

FOTO: DIVULGAÇÃO/SDA



Cada família deve ter acesso a R\$4,6 mil para adquirir sistemas produtivos

Nicolas Paulino nicolas.paulino@svm.com.br

Recurso financeiro

Enfrentar os problemas impostos pelas mudanças climáticas requer conhecimento técnico e investimentos. Por isso, o Ceará promete aplicar R\$251 milhões, nos próximos anos, em 72 cidades inseridas num contexto de seca e dificuldades na produção agrícola.

Esse é o objetivo do projeto “Sertão Vivo”, coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento

Agrário (SDA). Ao todo, 63 mil famílias participantes devem ser selecionadas ainda em 2025. Na prática, elas devem receber assistência técnica e recursos financeiros para modernizar a lavoura.

Segundo a Pasta, essa é a primeira experiência em grande escala na perspectiva da resiliência climática, abrangendo ações relacionadas ao fomento produtivo e acesso à água para produção de alimentos. O projeto

foi apresentado em evento nessa quarta-feira (21).

A coordenadora do projeto, Rocicleide Silva, explica que as famílias serão selecionadas a partir de critérios como liderança de mulheres, comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e populações que estejam sob forte intervenção da seca.

“É uma atualização das práticas com trocas entre os agricultores, porque o manejo deles é muito importante até para nós,

que estamos na cidade, para a melhoria das nossas condições ambientais e sociais, e ampliação da geração de renda, porque com a melhoria do solo, você pode melhorar a capacidade produtiva”, considera.

Com o Sertão Vivo, devem ser implantados sistemas de produção resilientes a mudanças climáticas e construídos reservatórios de água para uso na lavoura, como cisternas-calçadão, barreiros, trincheiras e

72 cidades vulneráveis à seca terão recursos financeiros para agricultura no Ceará. Novo projeto busca tornar áreas produtoras de alimentos mais resistentes à influência da seca no futuro



barragens subterrâneas.

As ações seguem diretrizes do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 do Estado, que têm entre as metas a redução da pobreza rural, o acesso à água, a elevação do padrão de vida dos agricultores familiares e a sustentabilidade ambiental.

O governador Elmano de Freitas (PT) ressalta que o Ceará conseguiu os recursos por meio de um edital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a fim de fortalecer a convivência dos cearenses no semiárido.

“É uma grande conquista chegarmos às famílias do nosso interior para produzir, mas fazendo uma mudança de paradigma, melhorando a qualidade de vida do nosso povo e convivendo com a natureza. É uma conquista importante de tecnologia social e de consciência ambiental”, afirma.

Segundo a SDA, o Sertão Vivo vai beneficiar famílias de 8 áreas do Ceará, nas cidades de: Grande Fortaleza: Chorozinho e São Luís do Curu; Vale do Jaguaribe: Alto Santo, Ereré, Iracema, Jaguaratama, Jaguaribara, Jaguaribe, Limoeiro do

No Ceará, a maior parte do território está em área semiárida e sujeita à ocorrência da desertificação

Norte, Morada Nova, Palhano, Pereiro, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte; Sertão dos Inhamuns: Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá; Maciço do Baturité: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção.; Litoral Oeste/Vale do Curu: Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapajé, Mi-

raíma, Pentecoste, Tejuçuoca, Tururu, Umirim e Uruburetama; Litoral Norte: Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Morrinhos, Uruoca e Martinópolis; Serra da Ibiapaba: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará.; Sertão de Canindé: Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena, Paramoti.

Funcionamento

Após a seleção, as famílias serão acompanhadas durante dois anos. Rocicleide Silva explica que cada produção será visitada três vezes por mês, já que a falta ou demora de assistência técnica é uma reclamação recorrente dos pequenos produtores.

Primeiro, o Estado vai criar um mapa de seleção de comunidades para, em seguida, haver seleção direta e cadastro das famílias. Esse processo deve ocorrer até outubro deste ano. “Depois da seleção das famílias, nós começaremos imediatamente o diagnóstico com as comunidades, para já no ano que vem a gente já entrar com intervenção”, detalha a coordenadora.

A assistência técnica será feita por organizações da sociedade civil selecionadas por meio de edital. A presença dos agentes se dará, no mínimo, três vezes por mês, ao longo de dois anos, já que o acompanhamento de alguns processos pode requerer mudanças culturais no manejo.

“A gente vai fazer um diagnóstico para adequar essas propostas à realidade, à necessidade e ao diálogo permanente com a comunidade. Não é uma intervenção vertical, é uma intervenção horizontal”, diz Rocicleide.

Valor

Segundo projeção do secretário-executivo da SDA, Márcio Jacinto, cada família deve ter acesso a R\$4,6 mil para adquirir sistemas produtivos.

“Vamos selecionar as famílias para começar a capacitação e elaboração dos planos de investimento, de forma coletiva, mas o investimento vai ser por cada unidade produtiva familiar”, destaca.

Os dois principais componentes de investimento do projeto serão: Sistemas produtivos resilientes: com foco na transição agroecológica e consórcio animal-lavoura, os investimentos serão diretamente nas famí-

lias na perspectiva de produção de alimento saudável; Acesso à água para produção: implantação de tecnologias sociais, como cisternas e barragens subterrâneas, para ampliar a oferta de água para a produção.

A coordenadora Rocicleide Silva explica que, se houver necessidade, também podem ser aplicadas melhorias de solos e da capacidade de cobertura vegetal em algumas áreas, como em locais onde houve pisoteamento de animais.

O ideal, pensa, é que os produtores aprendam a balancear corretamente a agricultura, a criação de animais e a sustentabilidade dos ecossistemas locais.

Riscos da desertificação

Pesquisador da área de recursos ambientais e professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Flávio Nascimento considera que o Sertão Vivo tem um “grande desafio” pela frente, uma vez que a seca tem se tornando um problema nacional.

No Ceará, a maior parte do território - especialmente a região Centro-Sul - está em área semiárida e sujeita à ocorrência da desertificação. “Consequentemente, isso exige que nós tenhamos políticas públicas mais eficazes, com diálogo e fixação do produtor rural no campo, para que a gente consiga fazer com que a produção se desenvolva”, aponta.

O especialista explica que a desertificação acontece em ambientes semiáridos já predispostos, com escassez relativa de água, solos pouco adequados à produtividade agrícola e sobretudo onde há manejo inadequado da terra, com desmatamento, degradação do solo e falta de assistência técnica.

“À medida que as mudanças climáticas avançam com extremos, tanto com as chuvas concentradas, quanto com as secas mais frequentes, nós poderemos ter, em centenas ou provavelmente milhares de anos, uma mudança de clima do semiárido para o árido, e aí teremos deserto efetivamente”, afirma.

Por isso, é necessária uma transição rural agroecológica, onde os sistemas produtivos sejam de base local, utilizando mão de obra das comunidades e mantendo as caatingas em pé. “Precisamos manter a capacidade produtiva do solo e a capacidade proteica da vegetação para a alimentação dos rebanhos e, assim, economizar com ração”, projeta.

CEARÁ

Precarização do trabalho, remédio e concurso: os desafios da Saúde em Fortaleza, segundo especialistas. Profissionais avaliam que nova gestão deve focar em ações emergenciais

Clarice Nascimento

clarice.nascimento@svm.com.br



Para especialistas, o investimento na atenção primária, ampliando a rede de atuação, gera um impacto positivo nos níveis secundário e terciário

Desafios da Saúde

Gerir a saúde pública em Fortaleza é uma tarefa complexa, dado o tamanho da cidade, a relevância dentro da Região Metropolitana e as desigualdades urbanas significativas. Com mais de 2,4 milhões de habitantes e um orçamento de R\$ 14,7 bilhões, a nova chefia da Secretaria da Saúde enfrentará desafios já conhecidos pela população.

A médica anestesiológica Riane Azevedo inicia a gestão, após a saída de Socorro Martins do comando da Pasta, em 19 de maio, sob um cenário de desabastecimento de medicamentos, falta de pagamentos dos profissionais e estruturas comprometidas.

Diante disso, especialistas ouvidos pelo Diário do Nordeste avaliam que é preciso focar em ações emergenciais para a solu-

ção desses problemas.

Remédios

Uma das apostas do prefeito Evandro Leitão para reestruturar a Saúde de Fortaleza é a criação de uma Central Única de Medicamentos, para unificar as aquisições dos 170 equipamentos de saúde sob gestão municipal.

Desde o início de abril, há relatos de falta de medicamentos e insumos nos postos de saúde de Fortaleza. No mesmo mês, a Prefeitura divulgou um comunicado reconhecendo o problema e informou que a Secretaria se comprometia a normalizar a distribuição em todas as unidades básicas de saúde.

Esse plano da administração é uma saída viável desde que haja uma gestão de suprimentos

"Essa crise não vai se resolver se não houver uma mudança de paradigma na saúde de Fortaleza"

Riane Azevedo

Secretária municipal da Saúde

bem feita e um esforço conjunto envolvendo Estado, União e fornecedores. É o que aponta o médico infectologista e professor da Universidade Federal do Ceará, Roberto da Justa.

Para ele, a centralização é

uma solução possível de gerir, mas, ao mesmo tempo, é preciso buscar alcançar toda a população. "Lançar mão de parcerias onde esses medicamentos possam ser distribuídos através dos terminais de ônibus, de entregas a domicílio", explica.

Magda Moura, médica e mestra em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará (UFC), pontua que a organização e o abastecimento da assistência farmacêutica, por exemplo, mantém o controle de doenças crônicas e desafoga a rede de atenção primária. O investimento e ampliação nessa área gera um impacto positivo nos níveis secundário e terciário. "Hoje existe uma fila muito grande de pessoas esperando consultas especializadas. Então, existe uma necessidade de trabalhar a regulação desses serviços", explica Roberto da Justa.

Em entrevista à rádio Verdiminha FM 92.5, na manhã desta quarta-feira (21), a nova secretária Riane Azevedo afirmou que os pontos de distribuição de medicamentos já estão sendo abastecidos. Atualmente, ela explica que estão em falta somente de quatro a cinco tipos de remédios.

Gestão de profissionais

O médico Roberto da Justa aponta a gestão de recursos humanos como um dos desafios a serem enfrentados por Riane. "A Prefeitura de Fortaleza vem acumulando algumas décadas de trabalhadores da saúde precarizados, com 'pejotização', terceirização na área da saúde e resultados insatisfatórios", explica.

Reverter o processo de precarização dos trabalhadores, segundo o médico, é um avanço que vai além da administração municipal. Por isso, a solução seria a realização de um concurso público para "interromper esse erro estratégico".

"Essa crise não vai se resolver se não houver uma mudança de paradigma na saúde de Fortaleza", afirma.

Quando a médica Socorro Martins assumiu a Secretaria de Saúde de Fortaleza, em janeiro de 2025, o cenário era de crise em meio ao fim da gestão de José Sarto. Em entrevista em dezembro de 2024, o prefeito Evandro Leitão descreveu a rede de serviços da Saúde como "em total sucateamento", o que o ex-prefeito, por meio de sua assessoria, negou. Leia o conteúdo completo em diariodonordeste.verdesmares.com.br

SEGURANÇA

Diário

Coronéis condenados a indenizar oficial da PMCE por ‘fake news’ são absolvidos na esfera criminal. Outro policial militar, não recorreu da sentença e teve a condenação mantida

seguranca@svm.com.br

FOTO: NATINHO RODRIGUES



Os dois coronéis da Polícia Militar do Ceará foram condenados na Primeira Instância da Justiça Estadual, mas foram absolvidos pelo TJCE

Coronéis absolvidos

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) acatou o recurso ingressado por dois coronéis da Polícia Militar do Ceará (PMCE) contra uma condenação proferida pela Primeira Instância, por um crime de calúnia cometido contra um tenente-coronel da mesma Corporação, e os absolveu na esfera criminal. A dupla também foi condenada a pagar indenização ao colega de farda, na esfera cível da Justiça Estadual.

A 1ª Câmara Criminal do TJCE deu provimento ao recurso dos coronéis Carlos Alberto Loiola Lopes e Erik Oliveira Onofre e Silva por unanimidade, em decisão assinada na última quarta-feira (21). Os oficiais tinham sido condenados por calúnia, pela Vara de Auditoria Militar, com pena de 1 ano e 13 dias de detenção. Entretanto, o juiz já tinha substituído a pena privativa de liberdade por prestação pecuniária, no valor de 10

Os três policiais militares foram condenados por calúnia em razão de compartilharem uma ‘fake news’ nas redes sociais,

salários-mínimos para cada réu (equivalente a R\$ 14.120).

O subtenente Djalma dos Santos também foi condenado na Primeira Instância a 1 ano e 13 dias de detenção, com substituição da pena por prestação pecuniária de 10 salários-mínimos. Ao contrário dos outros

dois réus, ele não recorreu da sentença e teve a condenação mantida.

O coronel Erick Onofre afirmou apenas que “foi feita Justiça”. O outro oficial que teve a condenação revista e o subtenente Djalma não foram localizados.

Os três policiais militares foram condenados por calúnia em razão de compartilharem uma ‘fake news’ (notícia falsa) nas redes sociais, que indicava que um tenente-coronel da Polícia Militar tinha envolvimento com grupos de extermínio, tráfico de drogas, abuso de poder, ameaças, corrupção, peculato e outros crimes militares.

A relatora da decisão que reformou a condenação dos dois coronéis, a desembargadora Sílvia Soares de Sá Nóbrega, concluiu que “não existem provas hábeis para manter a condenação dos réus, não se alcançando a conclusão que ambos pretendiam ofender a

vítima ao divulgarem a referida mensagem apócrifa, afastada a existência de animus caluniandi e, consequentemente, impõe-se a absolvição de ambos”.

Segundo a relatora, “embora inexista dúvida que houve a divulgação da mensagem seja em grupo de Whatsapp ou para contatos privados, o certo é que não se tem a mesma comprovação da intenção dos réus ao fazê-la, sendo imprescindível para a configuração do delito em tela que o agente impute falsamente fato definido como crime a outrem, como objetivo de ofender a sua honra”.

A decisão da 1ª Câmara Criminal do TJCE contrariou a manifestação do Ministério Público do Ceará (MPCE), que pediu para os desembargadores recusarem o recurso dos coronéis.

Leia matéria completa em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br

PONTO PODER

Comissão concede anistia a Dilma por violações na ditadura e indenização de R\$ 100 mil

A decisão foi unânime entre todos os conselheiros, seguindo o voto do relator. O pedido de anistia foi protocolado originalmente em 2002

politica@svm.com.br

Anistia para Dilma



Dilma foi presa em 1970, aos 22 anos, pela atuação em organizações de resistência à ditadura militar

A Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania concedeu por unanimidade, nesta quinta-feira (22), o status de anistiada política a ex-presidente Dilma Rousseff por violações de direitos humanos sofridas durante a ditadura militar. As informações são da CBN.

A ex-chefe do executivo ainda receberá uma indenização de R\$ 100 mil paga de forma única, o máximo permitido. A comissão também decidiu por um pedido de desculpas pelo estado brasileiro por todas as ações e torturas durante o período ditatorial.

Todos os conselheiros votaram a favor, acompanhando o relator do caso, Rodrigo Lentz.

Dilma foi presa em 1970, aos 22 anos, pela atuação em organizações de resistência à ditadura militar. Durante o período em que esteve encarcerada, foi submetida à tortura e,

de acordo com sua defesa, sofreu restrições no acesso à educação e à atuação profissional.

Entre os efeitos relatados estão a impossibilidade de retomar os estudos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a pressão exercida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) para que deixasse um cargo público no Rio Grande do Sul.

O pedido de anistia foi protocolado originalmente em 2002, mas teve a tramitação suspensa em razão dos cargos públicos ocupados por Dilma nos anos seguintes. Em 2016, após deixar a Presidência, ela solicitou a retomada do processo, que foi indeferido em 2022, durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. Agora, a Comissão avaliará um recurso apresentado pelos advogados de defesa.

Embora a Justiça Federal já tenha reconhecido, em feve-

Dilma foi presa em 1970, aos 22 anos, pela atuação em organizações de resistência à ditadura militar

reiro de 2023, o direito da ex-presidente à anistia política, com o consequente pagamento de R\$ 400 mil por danos morais, o colegiado segue como órgão oficial do Estado brasileiro responsável pela política de reparação a perseguidos políticos. No entanto, conforme as normas vigentes, a Comis-

são trabalha com indenizações limitadas a R\$ 100 mil em parcela única ou até R\$ 2 mil mensais.

A sessão desta quinta-feira teve início com a análise do caso. Segundo o regimento, cada requerente ou representante pode se manifestar por até 10 minutos antes da votação dos 21 conselheiros do colegiado.

A presidente da Comissão, Ana Maria Oliveira, declarou que o caso de Dilma “é simbólico” e que sua análise tem papel importante no debate sobre memória, verdade e justiça.

Atualmente, a ex-presidente do Brasil reside na China, onde preside o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), vinculado ao grupo dos Brics. Seu processo era um dos mais antigos ainda pendentes de deliberação pela Comissão de Anistia.

Acusações contra Inspetor Alberto e agressão de ex-vereadora começam a tramitar no Conselho de Ética. Relator designado para análise de todos os processos terá 10 dias para apresentar pareceres. Pesa contra o partidário do PL acusação da prática de maus-tratos contra um porco

PONTO PODER

Bruno Leite

bruno.leite@svm.com.br

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Consetica) da Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor) deu andamento, numa reunião realizada na manhã dessa quinta-feira (22), para seis processos. Cinco deles são em desfavor do vereador Inspetor Alberto (PL) e um da ex-vereadora e atual deputada federal Enfermeira Ana Paula (Podemos). O vereador Luciano Girão (PDT) foi designado pelo presidente do colegiado, Professor Enilson (Cidadania), como o relator de todas as matérias, resultado de representações ingressadas no Parlamento. A escolha já havia sido revelada por Enilson, na quarta-feira (20), em conversa com a reportagem do Diário do Nordeste.

Nessa quinta, com a leitura dos protocolos, o presidente Enilson indicou Girão para a atribuição de maneira oficial. Passou-se, então, a palavra para o pedetista, que acatou a indicação.

“Pretendemos, dentro do prazo regimental, concluir essas matérias, para que a gente possa dar uma resposta prezando sempre pela moralidade desta Casa, pelo devido processo legal e que a gente possa também dar a reposta que a sociedade e a cidade esperam”, frisou Girão.

Conforme o regramento da CMFor, o relator terá dez dias úteis para apresentar cada um dos pareceres, que serão apreciados pelo colegiado em seguida. Caso não entregue os documentos em questão no período, ele terá mais dez dias para concluir a elaboração e pôr em votação.

Além de Enilson e Girão, presidente e vice-presidente, respectivamente, fazem parte da instância como titulares os parlamentares Julierme Sena (PL), Carla Ibiapina (DC), René Pessoa (União), Tia Francisca (PSD) e Ana Aracapé (Avante). Os vereadores Aglaylson (PT) e Pedro Matos (Avante) são suplentes.

Pesam contra o partidário do PL acusações da prática de maus-tratos contra um porco, por um vídeo gravado com o animal no segundo turno das Eleições de 2024 em que fez uma provocação em alusão ao atual prefeito Evandro Leitão (PT), oponente do seu aliado no pleito — atitude que o fez



FOTO: ERIKA FONSECA/CMFOR

Início do trâmite

Reunião aconteceu na manhã dessa quinta-feira (22)

Conforme o regramento da CMFor, o relator terá dez dias úteis para apresentar cada um dos pareceres, que serão apreciados pelo colegiado em seguida

ser alvo de um inquérito da Polícia Civil. E também pesa uma fala, proferida numa sessão legislativa em fevereiro, em que teria relacionado o Partido dos Trabalhadores (PT) com organizações criminosas.

A primeira denúncia motivou o ingresso de quatro manifestações, todas no ano passado: uma de autoria da Ouvidoria da Câmara Municipal — após provocação de um cidadão —, uma segunda por um grupo de parlamentares estaduais e vereadores com mandato na legislatura anterior, uma terceira da Associação Deixe Viver e entidades da sociedade civil ligadas à causa animal e uma última ingressada pelo deputado federal Célio Studart (PSD).

Já a declaração envolvendo o PT resultou no protocolo de uma representação pelo Diretório Municipal da sigla em Fortaleza, assinada pelo presidente do órgão partidário e deputado estadual Guilherme Sampaio, no início deste mês.

O caso da Enfermeira Ana Paula foi motivado por um

episódio ocorrido em fevereiro do ano passado, na abertura dos trabalhos legislativos, em que ela agrediu a então colega de Plenário, a ex-vereadora Cláudia Gomes (PSDB), e o então suplente de vereador Júnior Aquino. A representação que passou a tramitar no Consetica foi apresentada pela tucana agredida na ocasião.

Procurado, o advogado que faz a defesa do Inspetor Alberto afirmou que, por enquanto, não iria emitir uma posição sobre o assunto. “Não tivemos acesso aos autos do procedimento”, justificou ele.

A assessoria de comunicação da ex-vereadora Ana Paula também foi acionada para poder opinar sobre a tramitação da representação. Não houve resposta sobre o assunto. O conteúdo será atualizado em www.diariodonordeste.com.br caso haja alguma devolutiva.

PONTO
PODER

Redes sociais e milhas aéreas como herança? Novo Código Civil propõe a criação de patrimônio digital
Em tramitação no Senado Federal, proposta também estabelece livro específico para direito digital

Luana Barros

luana.barros@svm.com.br

Patrimônio digital

Com uma inserção cada vez maior na vida cotidiana dos brasileiros, o ‘mundo virtual’ também pode passar a ter regras específicas no Código Civil. Com projeto de alterações de autoria do ex-presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o novo Código Civil propõe mudanças no regramento que regula a vida das pessoas desde antes do nascimento até depois da morte.

Dentre as novidades, está a definição de patrimônio digital como algo a ser herdado e descrito em testamento. Estão enquadradas no conceito perfis e senhas de redes sociais, milhas aéreas, dados financeiros e mesmo contas de games ou jogos cibernéticos. Além disso, o novo Código Civil também estabelece os direitos e a proteção de pessoas no ambiente virtual, além da responsabilidade civil de plataformas digitais. Temas como a Inteligência Artificial (IA) e identidade e assinatura digital também são regulamentados pelo texto.

O projeto de lei 4/2025 aguarda despacho da presidência do Senado Federal para iniciar a tramitação nas comissões na Casa. O texto é baseado em anteprojeto elaborado por juristas que integraram a Comissão responsável pela revisão e atualização do Código Civil, finalizado em 2024. Na época da conclusão, o presidente da comissão, ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pontuou a criação de regras específicas para o ambiente virtual como a “grande inovação” do novo Código Civil.

“A nossa grande inovação

é a criação de normas gerais, criando um livro próprio sobre direito digital. (...) A ideia é fazer uma regulamentação geral, sem amarrar. Ninguém vai segurar a evolução das tecnologias”, disse.

O Diário do Nordeste elenca algumas das principais mudanças trazidas pelo novo Código Civil quanto ao ambiente virtual:

Conceito de direito digital

O novo Código Civil trará, pela primeira vez, um livro específico para tratar de direito digital. Com isso, ele inclui diversos novos conceitos no regramento, como direito civil digital, ambiente virtual e de plataforma digital — diferenciando, inclusive, aquelas que são usadas para a “difusão de informações ao público”, como as redes sociais.

A proposta também estabelece direitos específicos dos cidadãos brasileiros no ambiente digital, embora outros direitos previstos na legislação brasileira também sejam aplicados nesse contexto.

Entre os direitos no ambiente digital estão: o reconhecimento de sua identidade, presença e liberdade no ambiente digital; a proteção de dados e informações pessoais; a garantia dos direitos de personalidade, em todas as suas expressões, como a de dignidade, de honra, de privacidade e de seu livre desenvolvimento; a liberdade de expressão, de imprensa, de comunicação e de associação no ambiente digital; o acesso a mecanismos de justa composição e de reparação integral dos danos em casos de violação de direitos no ambiente digital.

O novo Código Civil define ainda o que é uma “situação

O texto é baseado em anteprojeto elaborado por juristas que integraram a Comissão responsável pela revisão e atualização do Código Civil

O projeto de lei 4/2025 aguarda despacho da presidência do Senado Federal para iniciar a tramitação nas comissões na Casa

jurídica digital”, prevendo que ela pode ser estabelecida entre pessoas naturais e pessoas jurídicas, mas também entidades virtuais — como “robôs, assistentes virtuais, inteligências artificiais, sistemas automatizados e outros”.

Essas situações jurídicas ficam submetidas a outras regras do Código Civil, como direito contratual, direito do consumidor e direitos autorais. A proposta define o conceito de patrimônio digital como o “conjunto de ativos intangíveis e imateriais, com conteúdo de valor econômico, pessoal ou cultural, pertencente a pessoa ou entidade, existentes em formato digital”.

Entre os exemplos citados como “herança digital”, estão: senhas e dados financeiros; perfis de mídias digitais; criptomoedas; milhas aéreas; contas de games ou jogos cibernéticos; e conteúdos digitais, como fotos, vídeos e textos.

Com isso, o patrimônio digital poderá ser herança, em caso de morte do titular, com dados e informações, assim como senhas ou códigos de acesso, podendo ser transmitidos a herdeiros por meio de testamento. Caso o titular do patrimônio digital tenha, em vida, compartilhado a senha de acesso a contas pessoais, isso será equiparado a “disposições contratuais ou testamentárias”.

“Diante da ausência de declaração de vontade do titular, os sucessores ou representantes legais do falecido poderão pleitear a exclusão ou a manutenção da sua conta, bem como sua conversão em memorial”, determina o texto da proposta.

Em caso de ausência de herdeiros ou de representantes legais, as contas públicas de



PONTO PODER

Projeto de lei que altera o Código Civil traz capítulo inédito sobre direito digital, que coloca redes sociais como herança e cria regras para IA

brasileiros em plataformas virtuais devem ser excluídas até 6 meses após a morte do titular.

O novo Código Civil reconhece a identidade digital como meio oficial para identificação dos cidadãos brasileiros em ambientes digitais. Para isso, esse documento deve ser emitido pelo Poder Público e conter as mesmas informações da identificação civil da pessoa.

A regulamentação sobre o uso e a gestão da identidade digital deve ser feita em lei específica.

O texto define ainda a assinatura digital dos cidadãos, separando entre aquelas consideradas simples e avançadas. Apenas esta última poderá ser utilizada para comprovar a autoria do documento.

“A validade de documentos constitutivos, modificativos ou extintivos de posições jurídicas que produzam efeitos perante terceiros depende de assinatura qualificada”, diz o texto.

A proposta amplia a responsabilidade das plataformas digitais. Uma das principais mudanças é a revogação do artigo 19 do Marco Civil da Internet, que isenta as plataformas de responsabilidade civil

por conteúdos publicados por ela, salvo em caso de decisão judicial.

O trecho pode ter impacto, por exemplo, na disseminação de notícias falsas, as fake news, no ambiente virtual.

Além disso, o texto define responsabilidade civil e administrativa e civil desses provedores: pela reparação dos danos causados por conteúdos gerados por terceiros cuja distribuição tenha sido realizada por meio de publicidade da plataforma; por danos decorrentes de conteúdos gerados por terceiros, quando houver descumprimento sistemático dos deveres e das obrigações previstas neste Código, aplicando-se o sistema de responsabilidade civil nele previsto.

O novo Código Civil determina ainda uma série de medidas que devem ser adotadas pelas plataformas para reduzir os riscos de circulação de conteúdos ilícitos nestas plataformas, inclusive com canais “de reclamação e de reparação integral de danos”. Como forma de avaliar os “riscos sistêmicos” da plataforma, são estabelecidas ainda a realização de avaliação anual sobre eventuais

problemas, além de auditorias independentes realizadas também uma vez a cada ano — neste caso, é estabelecido inclusive prazo para que as plataformas cumpram as recomendações da auditoria.

O uso de inteligência artificial na prestação de serviço precisa “ser identificada de forma clara e seguir os padrões éticos necessários”, determina o novo Código Civil. Além disso, o desenvolvimento desses sistemas devem seguir princípios como a não discriminação e a garantia de supervisão humana.

O texto garante ainda que pessoas que sofreram danos ou apenas interagiram com IAs possam solicitar o conteúdo sobre essas interações, quando essas interfaces foram usadas para o acesso ou exercício de direitos.

A proposta também estabelece regras para o desenvolvimento de deep fakes — imagens, em fotografia ou vídeo, de pessoas vivas ou falecidas criadas por meio de IA. Para serem desenvolvidas, as imagens precisam de autorização da pessoa ou de herdeiros e representantes legais.

Elas não podem, no entanto, ser usadas de forma difamatória, discriminatória e contrária “ao seu modo de ser ou de pensar, conforme externado em vida, por seus escritos ou comportamentos”.

Um campo novo também é abordado no texto do novo Código Civil: o neurodireito. Nele, a perspectiva é de proteger a integridade mental e a privacidade cerebral das pessoas diante do avanço das neurotecnologias — como interfaces cérebro-máquina, inteligência artificial e dispositivos de leitura neural.

É definido um capítulo específico apenas para elencar regras para a presença e identidade de crianças e adolescentes no ambiente virtual, ressaltando o seu “melhor e superior interesse”. O texto da plataforma determina que sejam implementados sistemas eficazes para verificar a idade do usuário e mecanismos para que pais e responsáveis possam monitorar e limitar o acesso de crianças e adolescentes aos conteúdos digitais.

Leia matéria completa em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br

Aprovada criação da Delegacia de Barro

Alece aprova criação da Delegacia Municipal de Barro. Proposição do Executivo também estabelece cargos de delegado e chefe de seção para atuação da Polícia Civil no município



Os deputados da Assembleia Legislativa do Ceará (Alece) aprovaram o projeto de lei que cria a Delegacia Municipal de Barro, na região do Cariri, dentro do âmbito da Polícia Civil do Estado (PCCE). A proposta, que tramitou em regime de urgência, é de autoria do Executivo estadual e foi validada pelo Plenário nesta quinta-feira (22). A iniciativa prevê também a criação de três cargos

comissionados para atuação na unidade policial: um de delegado e dois de chefe de seção, que terão a função de gerenciar a execução de diligências investigatórias de campo, entre outras atividades. Líder do governo Elmano de Freitas (PT) na Alece, o deputado estadual Guilherme Sampaio (PT) afirmou, em pronunciamento no Plenário, que a criação supre a carência dos moradores da região.

Operação Gênese

Cartas são apreendidas com líder máximo do PCC no Ceará, dentro de presídio em São Paulo



O Ministério Público do Ceará (MPCE) deflagrou a 15ª fase da Operação Gênese, nessa quinta-feira (22), para desarticular lideranças da facção paulista Primeiro Comando da Capital (PCC) com atuação no Ceará. Entre os alvos, está o líder geral

do Estado da facção no Ceará. Cartas e aparelhos celulares foram apreendidos com os suspeitos. Sete mandados de busca e apreensão foram cumpridos na Operação - sendo uma ordem judicial em um presídio de São Paulo.

Concurso da Polícia Federal

Para área administrativa reabre inscrições para 192 vagas com salário de até R\$11 mil



O concurso da PF (Polícia Federal) para a área administrativa reabriu as inscrições, que haviam sido encerradas na quarta-feira (21). A medida foi necessária após o Cebraspe, que é a banca organizadora, apresentar instabilidade no sistema.

Segundo o aditivo de edital, agora os interessados têm até as 18 horas desta sexta-feira (23) para confirmar participação no processo seletivo e enviar a documentação necessária. As inscrições devem ser feitas no site do Cebraspe.

Hugo Calderano avança

Às quartas do Mundial de tênis de mesa e pode ter revanche olímpica

Hugo Calderano está nas quartas de final do Mundial de Doha, no Catar. O tenista brasileiro derrotou, ontem, o nigeriano Quadri Aruna, atual 31º do ranking mundial, por 4 sets a 0, com parciais de 11/4, 11/4, 11/4 e 11/6. Na próxima fase, Calderano pode reencontrar o francês Félix Lebrun, reeditando a disputa pelo bronze na Olimpíada de Paris-2024. Na ocasião, Lebrun impediu o brasileiro de conquistar a sonhada medalha olímpica.



Toada em sessão na Assembleia

Zé Vaqueiro canta em homenagem à vaquejada no plenário da Alece

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece) realizou solenidade em homenagem à vaquejada, na tarde dessa quarta-feira (21). Na ocasião, foram apontadas as raízes culturais do movimento, assim como o impacto gerado pelos eventos promovidos em todo o Estado. A solenidade atendeu a requerimento de autoria dos deputados Daniel Oliveira (MDB) e Carmelo Neto (PL). A cerimônia ainda contou com Zé Vaqueiro fazendo uma típica toada.



OPINIÃO

“Se algum dia vocês forem surpreendidos pela injustiça ou pela ingratidão, não deixem de crer na vida, de engrandecê-la pela decência, de construí-la pelo trabalho.” **Edson Queiroz**

IDEIAS



Comportamento

Gonzaga Mota
Professor aposentado da UFC

Entendemos por ética a parte da filosofia que trata de disciplinar e orientar o comportamento humano, ou seja, é a ciência da moral. Esta, por sua vez, representa os bons costumes e a boa conduta, de acordo com os preceitos socialmente fixados pela sociedade. Já a governabilidade pode ser entendida pela qualidade intrínseca do governante, significando a importância da tranquilidade política e socioeconômica para que um governo possa desempenhar suas atividades básicas em favor do povo.

A governabilidade só alcança sucesso na medida em que se apoia em princípios éticos. Dessa forma, ética e governabilidade devem caminhar juntas, buscando uma sociedade democrática, soberana, de economia forte e socialmente justa, onde a liberdade e a igualdade de oportunidades façam parte do processo. A política pode ser mutável ou dinâmica, ao longo do tempo, já a ética é permanente. Aliás, vale lembrar Bacon: “Como é estranho ambicionar o poder e perder a liberdade”.

“O fim justifica os meios”, conforme Maquiavel, não é uma atitude estratégica, mas uma conduta incorreta que não proporciona uma situação de justiça, nem se baseia na essência da democracia, possibilitando a ambição pelo poder, a corrupção, a adoção de métodos fisiológicos, o “marketing” tendencioso etc. Nos dias atuais existem muitos Estados ditos democráticos; elegem seus governantes, todavia, não apresentam uma sincera e clara

A política pode ser mutável ou dinâmica, ao longo do tempo, já a ética é permanente

harmonia entre os aspectos éticos e de governabilidade.

Lamentavelmente, alguns governantes não sabem, ou não desejam, por outras razões, entender os dois conceitos. Ademais, por sua vez, para que possamos entender melhor o comportamento humano, devemos pensar à luz da análise de seis reflexões fundamentais: reflexão moral (o certo e o errado); reflexão ética (o bem e o mal); reflexão espiritual (o caminho da verdade); reflexão filosófica (o sentido da vida); reflexão política (a obrigação de servir) e reflexão existencial (o medo e a omissão). Por fim, citemos o grande poeta Manuel Bandeira: “Ah! Como dói viver quando falta a esperança.”

CHARGE



As palavras “malditas”

Wellington Sampaio
Advogado

No contexto condominial, a violência nem sempre se manifesta por gestos ou ações físicas. Muitas vezes, ela se expressa por meio das palavras — aquelas que ferem, que desestabilizam, que desvalorizam. São as chamadas palavras “malditas”.

Essas palavras são carregadas de negatividade, ditas com desprezo, desinformação ou até mesmo com intenção deliberada de ferir. São expressões que não constroem, não propõem, não dialogam. Pelo contrário: acusam, insinuam, desqualificam.

No ambiente dos condomínios, onde a convivência é constante e o espaço é compartilhado, esse tipo de violência verbal tem efeitos devastadores. Uma palavra lançada de forma impensada — seja numa conversa informal, numa assembleia ou num grupo de mensagens — pode gerar conflitos duradouros, rupturas de confiança e, pior ainda, um ambiente coletivo tóxico e desmotivador.

As consequências são evidentes: desvalorização do patrimônio comum, afastamento de condôminos bem-intencionados, falta de engajamento e o enfraquecimento dos laços comunitários. Uma palavra dita, na maioria das vezes, não pode ser desdita. E os danos, embora invisíveis, são profundos.

Existe, sim, uma forma de combater esse mal: o silêncio dos bons precisa ser rompido. É preciso que aqueles comprometidos com o respeito e a boa convivência se posicionem, se manifestem, construam pontes. O combate

“O que me preocupa não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons.”

às palavras que ferem se faz com palavras que acolhem, que explicam, que propõem.

Por ser um reflexo da sociedade, a vida condominial nada mais do que é a repetição dos comportamentos humanos que ocorrem no mundo exterior. Logo, quantas pessoas se indignam com condutas de humilhação? Quantas pessoas questionam a exposição vexatória realizada por quem só quer ofender? Quem se indigna com inverdades?

Se esse tipo de comportamento não sofrer uma ruptura brusca, continuaremos decadentes em termos de relacionamentos humanos e, caminharemos, para uma sociedade ainda mais desumana.

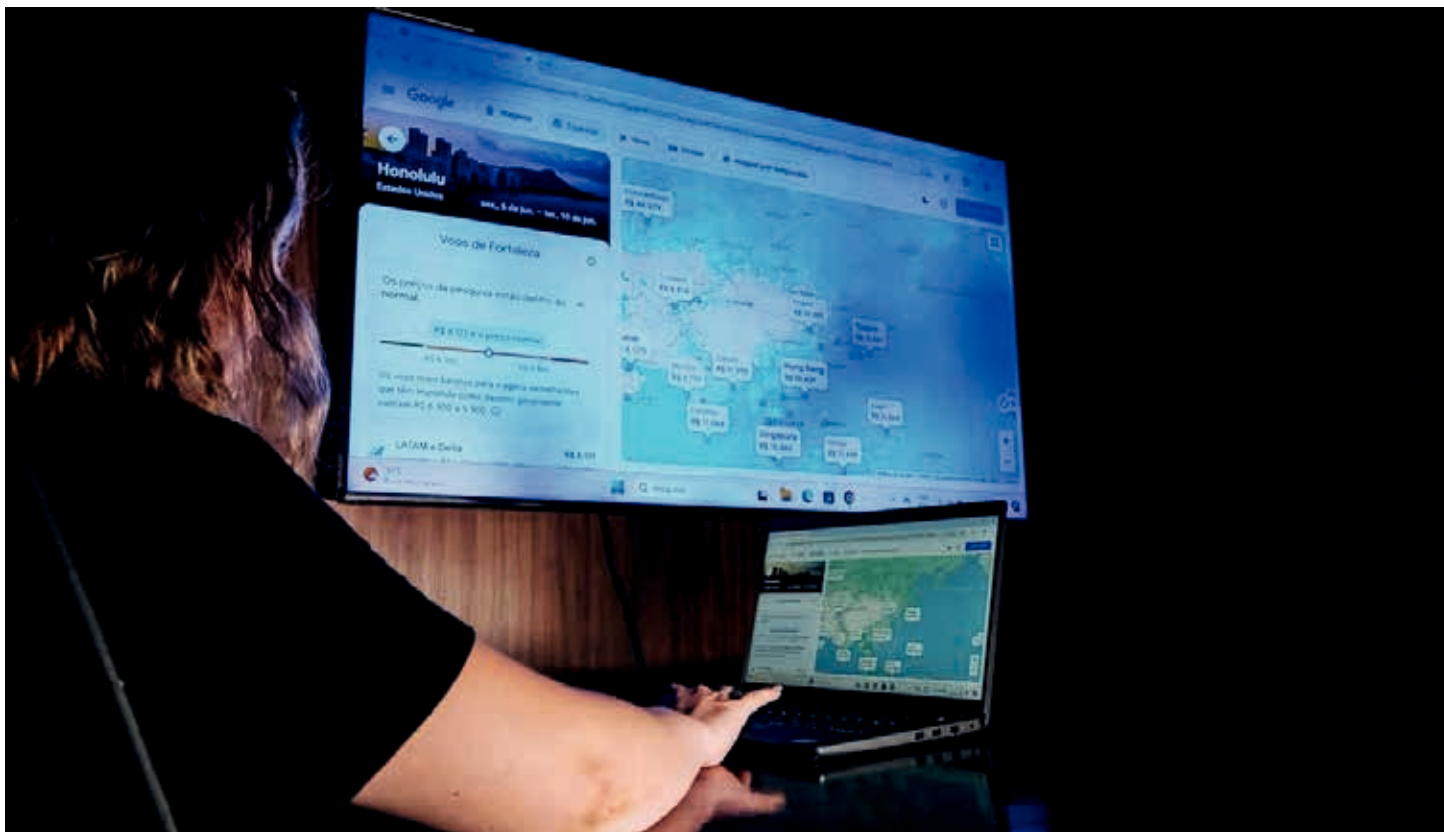
Concluo com a célebre frase atribuída a Martin Luther King: “O que me preocupa não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons.”

NEGÓCIOS

Com turismo aquecido, número de agências de viagem cresce 70% no Ceará. Cargo de agente de viagens também está em alta no País com expansão do mercado

Paloma Vargas

paloma.vargas@svm.com.br



Apenas no 1º trimestre deste ano foram abertas 135 agências de viagem no Ceará; mercado tem buscado mais agentes de viagem

Mercado em crescimento

O mercado de turismo no Ceará está aquecido. Prova disso é o crescimento no número das agências de viagem. Só no primeiro trimestre deste ano foram 135 empreendimentos deste tipo abertos no estado.

O valor é 70,9% maior do que no mesmo período de 2024, quando houve a abertura de 79 agências, ou seja, foram 56 empresas a mais. Em 2024, o Ceará totalizou 807 agências de turismo.

Os dados são da Secretaria de Turismo do Ceará (Setur-CE). Eles foram obtidos por meio do Cadastur (sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo) do Ministério do

Turismo a pedido do Diário do Nordeste.

Conforme José Valdo Mesquita, coordenador de Qualificação dos Destinos e Produtos Turísticos da Setur-CE, o crescimento de 70,9% reflete não apenas o bom momento do setor, como também é um indicativo positivo de formalização, qualificação e organização do setor de agências de turismo. “Além disso, também aponta o fortalecimento da governança turística no Ceará, com ações coordenadas entre Estado, municípios e parceiros institucionais”.

Ele aponta o aumento da demanda turística, com destaque para o turismo de experiência e regional e novos rotei-

Sobre o Cadastur, Mesquita revela que são feitas ações de mobilização e sensibilização para incentivar o registro das empresas no cadastro brasileiro

ros e destinos em crescimento no interior do Estado, como pontos positivos nesse processo. Sobre o Cadastur, Mesqui-

ta revela que são feitas ações de mobilização e sensibilização para incentivar o registro das empresas no cadastro brasileiro. Para isso, a Setur tem feito eventos presenciais, visitas técnicas e atendimentos personalizados aos empresários.

O especialista aponta que são muitas as vantagens do cadastro, como a possibilidade de participar de feiras e eventos oficiais, receber capacitações, ter acesso a crédito via bancos públicos e uma maior visibilidade institucional.

Ele também aponta parcerias, como a do Sebrae/CE, oferecendo consultorias gratuitas, auxílio no processo de formalização e inclusão em projetos de regionalização e qualificação, como parte positiva deste processo de formalização dos empreendimentos em turismo. Empreendedor há 7 anos, Wesley Rabelo, 35 anos, viu no ramo do turismo uma forma de diversificar a sua renda. Em novembro do ano passado, ele abriu a WR Viagens, com escritório na Lagoa Redonda, em Fortaleza.

Com apenas 5 meses de trabalho, ele já pensa em expandir o negócio com mais serviços ofertados até o fim deste ano. Ele explica que atualmente se tornou especializado na venda de passagens aéreas com até 70% de desconto. “Esse é um mercado concorrido, mas que todos conseguem trabalhar e lucrar”.

Gilcivania Pinheiro, 29 anos, é professora e enfermeira intensivista, mas em outubro do ano passado, acompanhada pelo marido, ambos Carmelitas Descalços Seculares, organizou o seu primeiro grupo de viagem, a peregrinação Carmelitana - Espanha e França, que esgotou em 3 meses.

Com foco em turismo religioso, ela conta que desde então seu trabalho vem crescendo muito rápido por “ainda haver poucas agências pequenas nesse nicho aqui no estado”.

Leia matéria completa em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br

EGIDIO SERPA

egidio.serpa@svm.com.br



VIDA DE LUÍS GIRÃO VIRA UM LIVRO

Haverá muitas atrações na Pecnordeste deste ano, que será realizada nos dias 5, 6 e 7 de junho no Centro de Eventos do Ceará – até um inédito concurso leiteiro do qual participarão, na área do estacionamento interno daquele equipamento, as 100 vacas mais produtoras do estado. Mas nenhuma delas atrairá a unanimidade da atenção dos que produzem e trabalham na zona rural cearense: o lançamento do livro “Luiz Prata Girão – a força do Sertão”, que traz em 160 páginas, elaboradas pelo escritor Francílio Dourado Filho, a história desse empresário, que, na opinião dos prefaciadores Amílcar Silveira, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Ceará (Faec), e José Antunes Mota, presidente do Sindilactícnios, é um dos maiores ícones do agro deste estado cearense. Luiz Girão – eles afirmam – “reflete por excelência o jeito de ser de um povo aguerrido e trabalhador, criativo e perseverante, capaz de enxergar oportunidades onde muitos veem apenas obstáculos, que é o povo do Ceará”.

OUTRAS HISTÓRIAS

Com esse livro, a Faec e o Senar Ceará inaugurarão a Coleção “O Saber que Nasce do Agro”, que publicará outras histórias de agricultores e pecuaristas que transformaram o setor primário cearense na atividade econômica que mais cresce aqui. Toda a bela e rica história de Luizinho Girão, como é chamado carinhosamente pelos seus amigos, começa na página 25, com o seguinte depoimento dele: “Sou filho do sertão. Viver no sertão me ensinou que a sapiência do homem não vem dos livros nem dos bancos de escola, ela é filha da curiosidade e da leitura que cada um faz do mundo ao seu redor.” Depois de referir-se longamente sobre a educação que recebeu dos seus pais – Luiz Girão e Maria Celeste – Luizinho foi direto ao ponto e contou que, em 1975, ele e um grupo de amigos empresários compraram a novíssima usina de leite de Quixeramobim, que, com recursos do Finor, foi instalada por Gerardo Matos Bezerra Lima e Paulo Cirino, ex-prefeito de Maranguape. Em poucos dias, o negócio foi fechado. Mas não foram poucos os que lhe disseram: “Você é louco? Como foi se meter num negócio desse tamanho?”. Essa desconfiança, ao contrário de desanimá-lo, motivaram-no “a provar a todos que eu era capaz, e que não iria decepcionar aqueles que, acreditando em mim, investiram comigo na aquisição da fazenda Betânia e da usina”.

TRABALHO DURO

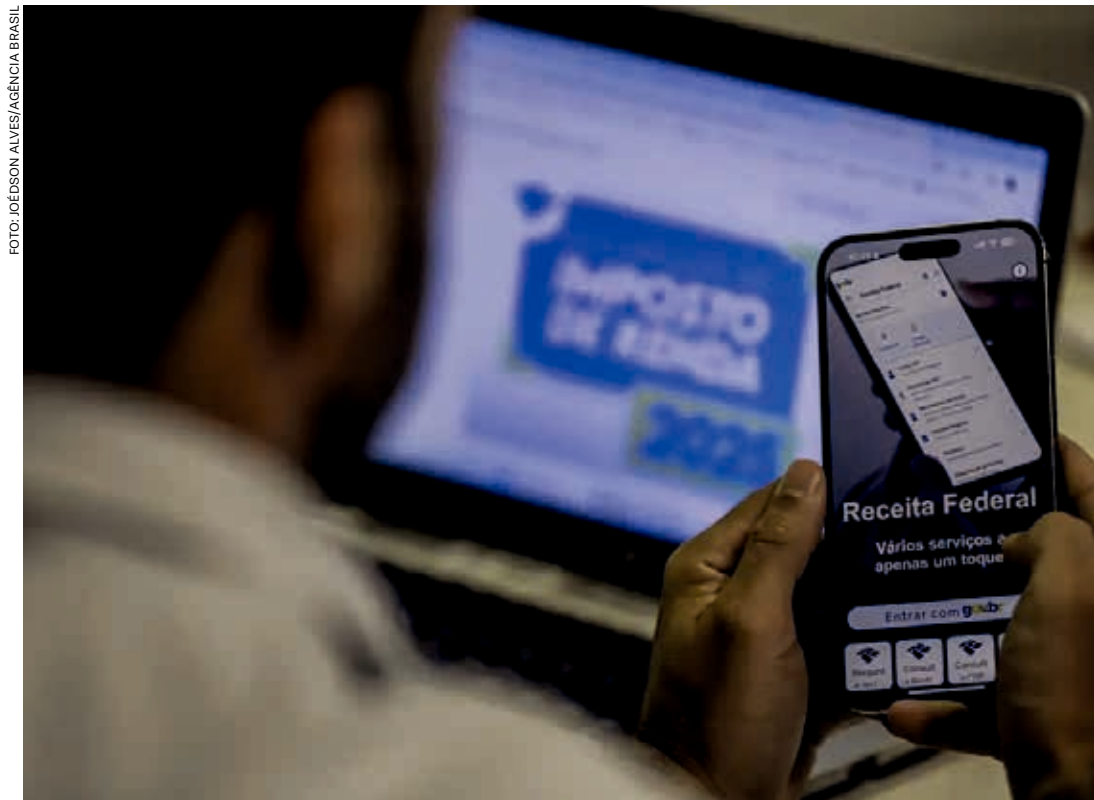
Desde então, a vida de Luiz Girão mudou: ele trocou as faras de fins de semana em Fortaleza pelo trabalho duro e diário na fazenda e na usina de leite em Quixeramobim. Primeiro desafio: convencer os produtores de leite da região a acreditar no seu negócio. Não foi fácil, mas ele o conseguiu. E a Betânia tornou-se a fonte de referência dos pecuaristas – grandes e pequenos – do Sertão Central. O livro lembra as interessantes batalhas marqueteiras da Betânia com sua concorrente Cila. E, também, a venda da Betânia para a Parmalat e sua posterior retomada, para o que ele contou a ajuda do seu amigo Jorge Parente. O dinheiro da venda da Betânia foi aplicado no pagamento das contas, e o que sobrou ele investiu na compra de apartamentos em Fortaleza. De novo foi morar no sertão, onde refaz todos os seus planos, passando a produzir milho com tecnologia da irrigação por pivô central. Ele cresceu e hoje produz, diariamente, 25 mil litros de leite.

RESPONSÁVEL PELA VIRADA DE CHAVE

O livro de Francílio Dourado tem um depoimento de Bruno Girão, responsável pela virada de chave da Betânia, que se associou à mineira Embaré, de cujo consórcio nasceu a Alvoar, a quinta maior indústria de lácteos do país. “A peça-chave de toda esta história é, sem dúvida, Luiz Prata Girão, a quem eu tenho o orgulho de me dizer seu filho.” Todas as 160 páginas do livro são de pura emoção e os que o lerem conhecerão em pormenores a história de um agropecuarista que prova, mais uma vez que, o melhor do Ceará é o cearense.

Receita Federal abre nesta sexta-feira consulta a maior lote de restituição da história

negocios@svm.com.br



Consulta ao 1º lote

O pagamento será feito em 30 de maio, na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração do Imposto de RendaConsulta

A Receita Federal libera hoje, a partir das 10h, consulta ao primeiro dos cinco lotes de restituição de 2025, que contempla 6,3 mi de contribuintes. Será o maior da história em número de contribuintes e em valor. O lote também contempla restituições residuais de anos anteriores.

Ao todo, 6.257.108 contribuintes receberão R\$ 11 bilhões. Todo o valor, informou o Fisco, irá para contribuintes com prioridade no reembolso.

Embora não tenham prioridade por lei, os contribuintes que usaram dois procedimentos em conjunto, pré-preenchida e Pix, passaram a ter prioridade no recebimento da restituição neste ano.

A consulta poderá ser feita na página da Receita Federal na internet. Basta o contribuinte clicar em “Meu Imposto de Renda” e, em seguida, no botão “Consultar a Restituição”. Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal para tablets e smartphones.

O pagamento será feito em 30 de maio, na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração do Imposto de Renda. Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se verificar uma pendência, pode enviar uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes da malha fina.

Se, por algum motivo, a restituição não for depositada na conta informada na declaração, como no caso de conta desativada, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil. Nesse caso, o cidadão poderá agendar o crédito em qualquer conta bancária em seu nome, por meio do Portal BB ou ligando para a Central de Relacionamento do banco, nos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

A consulta poderá ser feita na página da Receita Federal na internet. Basta o contribuinte clicar em “Meu Imposto de Renda” e, em seguida, no botão “Consultar a Restituição”

VERSO

Diário

GASTRONOMIA

Caldeirão da Panelada

Ao ar livre, de madrugada e no fogareiro: 15 anos de sucesso do Caldeirão da Panelada em Fortaleza. Há 15 anos no bairro Bonsucesso, estabelecimento funciona praticamente de forma improvisada e reserva à clientela preço acessível, atendimento facilitado e cardápio totalmente regional



Carne de porco, carneiro, frango, língua, mocotó, mão de vaca, sarrabulho e buchada são outros pratos servidos no local além da panelada

Diego Barbosa

diego.barbosa@svm.com.br

É

uma grande lona azul estendida na altura do número 1787 da Avenida Augusto dos Anjos. Improvisada, parece qualquer lugar. A surpresa está sob a capa: infinidade de mesas e cadeiras, dezenas de panelas fumegando e um cheiro todo próprio de comida boa. Bem-vindos ao Caldeirão da Panelada, sucesso no bairro Bonsucesso e cada vez mais famoso em toda a Fortaleza. Motivos para isso não faltam.

Com funcionamento ao ar livre, expediente durante a madrugada e cozimento aos moldes tradicionais do interior cearense, o ponto faz a festa sobretudo de quem aprecia um cardápio totalmente regional. Além da iguaria que nomeia o empreendimento, é possível encontrar por lá carne de porco, carneiro, frango, língua, mocotó, mão de vaca, sarrabulho e buchada. E o melhor: servidos daquele jeitinho que a gente gosta, bem de casa.

“Começamos servindo 10 quilos de arroz todo fim de semana. Várias vezes pensamos em desistir porque não dava, era muito trabalho e poucos clientes... Mas insistimos. Hoje vendemos 250 quilos de arroz e 300 quilos de panelada de quinta a domingo – tudo isso fruto de persistência e perseverança”, conta a proprietária, Cyntia Martins Campos, 35.

Ela e mais 14 pessoas se revezam entre pratos, talheres

e panelões colossais a fim de servir as centenas de pessoas que passam diariamente pelo negócio. Gente que chega seja para o café da manhã, o almoço, o jantar ou para aquela refeição reforçada antes ou depois de cair na gandaia. Esta última fatia da clientela, por sinal, é a que mais dá retorno financeiro ao lugar.

“Às 2h da manhã, por exemplo, tem muita gente aqui, principalmente o pessoal que vem de festas. Meu público da madrugada é assim”, Cyntia comemora. “Já é tradição, desde o começo foi desse jeito. E dá muito retorno, o pessoal vem mesmo”. Nossa equipe experimentou dois dos nove pratos servidos no ponto e, de fato, o sucesso é justificado.

Com porções generosas de arroz, feijão, macarrão, cuscuz e cheiro verde, os pratos servidos no Caldeirão levam pouco sal e têm sabor apurado – o cozimento no fogareiro é a prin-

cipal razão para isso. Soma-se o fato de toda a comida ser feita na hora e ter rapadura como sobremesa, e temos um recanto no qual o melhor da gastronomia fortalezense é apreciado com bom atendimento, preço acessível e diversos atributos irrecusáveis.

Como tudo começou

A história do Caldeirão da Panelada assemelha-se a de vários estabelecimentos de cunho popular em Fortaleza. Segundo a proprietária, o local onde fica o empreendimento existe há mais de 50 anos. Ao longo de três décadas, uma senhora manteve um ponto para venda de panelada, e obteve semelhante retorno por parte da população.

Em 2010, porém, ela deixou o negócio, assumido naquele mesmo ano por Cyntia e a mãe, Iracy. Antes de estarem à frente do Caldeirão, Cyntia trabalhava em uma gráfica e Iracy era

dona de casa. Com o tempo, percebendo a movimentação intensa do projeto, resolveram apostar apenas nele, e não erraram: dia após dia, a fama do empreendimento cresceu, e até mesmo o funcionamento dele precisou ser alterado.

Outrora apenas às sextas e sábados, hoje ele está aberto a partir de quinta-feira, de 8h às 14h; e de sexta à domingo, iniciando às 8h na sexta e indo até às 7h do domingo ou até quando durar o estoque da comida – por vezes, os pratos acabam antes das 7h. Tudo é feito na hora e às claras para todo mundo ver o passo a passo.

“Nem sempre cozinhamos panelada. Na verdade, foi uma coisa totalmente nova na nossa vida. Quando surgiu a oportunidade de comprarmos esse ponto, a gente abraçou, e fomos aprendendo a cozinhar na marra”, diz Cyntia. Leia o conteúdo completo em diariodonordeste.verdesmares.com.br

CLASSIFICADOS

SINTONIZE

ESTADO DO CEARÁ - CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIÁCU-CEARÁ - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2025.05.22.01-CMC - A CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIÁCU-CEARÁ, através do seu Pregoeiro Oficial, torna público que realizará as 09:00 horas, do dia 10 de Junho de 2025, no endereço eletrônico <https://compras.m2tecnologia.com.br/>, Pregão Eletrônico nº 2025.05.22.01-CMC. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE ACESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM DIREITO DIGITAL, GOVERNANÇA, GESTÃO, MONITORAMENTO, PROTEÇÃO DE DADOS E APOIO AO ENCARREGADO, COM FOCO NA LEI FEDERAL Nº 13.709 de 2018, LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIÁCU-CEARÁ. O edital e seus anexos, poderão ser obtidos nos endereços eletrônicos <https://compras.m2tecnologia.com.br/>. Informações pelo telefone: (88) 3547-1209 ou no endereço: Rua Carlos Morais, Nº 421 - Centro - Caririácu - Ceará - CEP: 63.200-000. Caririácu/CE, Em 23 de Maio de 2025. **Aldemir de Souza Barros** - Pregoeiro.

Esteja sempre bem-informado. Conte com quem apura, analisa e te informa com responsabilidade.



Política é
PONTOPODER
Leia em Diário do Nordeste.

JOGADA

Ceará perde para o Palmeiras no Allianz Parque e está eliminado da Copa do Brasil. Os gols do Verdão foram marcados por Estêvão (2) e Flaco Lopes, todos no segundo tempo

Vladimir Marques

vladimir.marques@svm.com.br

Verdão imponente

O Ceará volta a jogar no dia 1º de junho, contra o Atlético/MG, no Castelão, às 18h30, pelo Brasileiro

O Ceará perdeu para o Palmeiras por 3 a 0 na noite dessa quinta-feira (22), no Allianz Parque, em São Paulo (SP), e está eliminado da Copa do Brasil. Os gols do Verdão foram marcados por Estêvão (2) e Flaco Lopes, todos no 2º tempo. No jogo de ida, no Castelão, o Vozão havia perdido por 1x0 e assim, se despede na 3ª Fase.

Com a eliminação, o Alvinegro volta suas atenções para a Série A do Campeonato Brasileiro. No dia 1º de junho, o Ceará enfrenta o Atlético/MG, no Castelão, às 18h30,

pela 11ª rodada.

O jogo

A partida começou com o Palmeiras pressionando o Vovô e criando lances de perigo. Aos 6 minutos, Piquerez cobrou falta e a bola passou perto do travessão. Aos 21, Estêvão bateu forte e Fernando Miguel espalmou.

O Vovô se defendia bem, mas pouco atacava. Quando saiu ao ataque, aos 45 minutos, Pedro Henrique recebeu passe de Lucas Mugni, driblou Weverton e fez o gol, mas o lance foi anulado pelo VAR por

impedimento milimétrico.

A etapa final começou com o Ceará atacando mais, e Pedro Henrique perdendo boa chance com um minuto.

No minuto seguinte, o Verdão quase abriu o placar: Estêvão cruzou, Vitor Roque dominou e chutou de primeira para defesa de Fernando Miguel.

O Palmeiras teve outra chance aos 8, em cobrança de falta de Estêvão e Gustavo Gomez cabeceou pra fora.

O Vozão respondeu aos 10 minutos, em boa jogada de Rafael Ramos que cruzou e

Galeano mandou pra fora, livre de marcação.

Foi quando aos 28 minutos, Dieguinho derrubou Estêvão na área e o árbitro marcou pênalti após ida ao VAR. Na cobrança, Estêvão bateu para defesa de Fernando Miguel, mas fez no rebote: 1x0.

Dois minutos depois, Estêvão marcou um belo gol e ampliou para o Verdão: 2x0.

O terceiro do Palmeiras saiu aos 41, com Mayke cruzando, Marllon afastando parcialmente e Flaco Lopez batendo no canto para ampliar: 3x0.

O Ceará foi derrotado pelo Palmeiras na Copa do Brasil

FOTO: GABRIEL SILVA / CEARÁ SC



TOM BARROS

tom.barros@svm.com.br



CRISE TRICOLOR SEM DESESPERO

A sequência de tropeços do Fortaleza tem gerado elevado índice de insatisfação. Subiu o tom de protesto da torcida. A temperatura interna aqueceu a ponto de exigir uma resposta imediata. Enfim, o Fortaleza passou a ser um time comum e previsível. Precisa de uma sacudida geral.

É bom não confundir sacudida geral com radicalização. A reação terá de ser feita como tantas outras que já foram processadas em crises anteriores, ou seja, com serenidade e equilíbrio. Nada de precipitações por pressão da torcida ou de quem quer que seja. Mudanças terão de ser feitas de forma consciente e racional.

Há alguns anos, o treinador já teria recebido sumária demissão. Hoje, é diferente. O próprio Fortaleza tem uma experiência interessante. Manteve Rogério Ceni, quando perdeu o certame estadual para o Ceará. E disso colheu excelentes frutos. Agora, creio, também é hora de refletir, não de demitir.

Desespero não resolve. Pelo contrário, só atrapalha. O dirigente sábio é o que faz mudanças pontuais, não gerais. É o que sabe agir com rapidez, mas com cautela, máxime porque nem tudo está errado no Leão.

EXEMPLO

O Ceo do Fortaleza, Marcelo Paz, é mestre em administrar crises. Quando presidente do clube, soube superar momentos adversos. E as respostas positivas aconteceram, sem a necessidade de práticas contundentes. Sou admirador da forma de trabalhar do Marcelo. Sua voz tem de ser ouvida.

EXPERIÊNCIA

No Fortaleza, é Marcelo Paz o mais experiente. Sucedeu o hoje senador da República, Eduardo Girão. Aliás, foi Girão quem tirou da Série C o Fortaleza, iniciando a arrancada que depois, na Série B, foi conduzida por Marcelo Paz. E daí para as grandes conquistas como a subida para a Série A, Sula e Libertadores.

BAGAGEM

Marcelo Paz fez o Fortaleza superar muitos percalços. A meu juízo, a opinião dele será fundamental para tirar do descaminho o Leão. É hora de reunir os comandos do clube para uma tomada de decisão. Se assim não for feito, novos riscos serão assumidos, podendo até comprometer a campanha na Série A.

PÊNALTIS

O Fortaleza segue incompetente nas decisões por pênaltis ou mesmo nas cobranças isoladas. Para alguns, virou pesadelo. É o caso de Lucero para quem bater pênalti parece um castigo. É uma espécie de tortura. No Fortaleza estão conseguindo complicar o simples e virar vantagem em desvantagem.

BASTA!

Quando o problema parece insolúvel, é hora de parar tudo. Fecha a máquina. Abre o coração. O desabafo de cada um será fundamental. Com respeito e educação, queixas devem ser expostas. Lavagem de roupa suja em casa. Feitas as devidas correções, será possível a retomada. Mas isso demanda consciência coletiva.

O desabafo de Vojvoda após a eliminação do Fortaleza na Copa do Brasil; Leão perdeu nos pênaltis

Alexandre Mota

Pior ano

FOTO: THIAGO GADELHA / SVM



O técnico argentino Juan Pablo Vojvoda desabafou após a eliminação do Fortaleza para o Retrô-PE, nessa quarta-feira (21), apenas na 3ª fase da Copa do Brasil de 2025. Após dois jogos que terminaram empatados em 1 a 1 no tempo normal, o Leão foi superado nos pênaltis, na Arena Castelão, pelo placar de 4 a 1, se despedindo da competição nacional de forma muito precoce.

“Não conseguimos o Estadual, na Copa do Nordeste nos classificamos em 4º lugar, no Brasileirão, nós não estamos bem, isso é a realidade. Nós estamos com dor, eu estou chateado, e tem que servir (a eliminação) para buscar os resultados, pois o Fortaleza não está bem, não estamos bem, e o que dá para fazer? Trabalhar, cobrar dos jogadores, cobrar a comissão, ter autocrítica e reconhecer que não estamos em bom momento. Serve de aprendizado? Eu não sei. A verdade é que ficamos fora da Copa do Brasil para um time com duas divisões inferiores. Time organizado, mas é a realidade que estamos vivendo. O ano é ruim do Fortaleza. É

Ao Fortaleza restou Copa do Nordeste, Série A e a Libertadores para tentar salvar a temporada

o primeiro ano ruim da sua história? Não. O que fez o Fortaleza logo no primeiro ano ruim de sua história? Tirou para trás? O torcedor não veio mais, não apoiou? Já sabemos como terminar se escolher esse caminho. Aí o treinador tira todo mundo, e não serve nada, já sabemos onde é que esse caminho leva. O que vamos fazer? O treinador não vai trabalhar mais e só escutar tudo que é dito de fora? Ou vai filtrar tudo? O momento é ruim e os responsáveis somos nós, todos que estão no Pici todos os dias”.

Leia o conteúdo completo em diariodonordeste.verdesmares.com.br

Juan Pablo Vojvoda atravessa um ano muito difícil no Fortaleza em 2025

JOGADA

The logo for FM 93, with 'FM' in a small font above the large number '93'.

A RÁDIO QUE DÁ

SHOW DE PRÊMIOS

TODO DIA!



Tá pronto pra ganhar o seu?



Então, fica ligado na nossa programação e não perde tempo.

A qualquer momento,
uma surpresa pra você.

